

DF-Invasão

Derrubada suspensa

Gizella Rodrigues

As derrubadas em Vicente Pires estão suspensas. A Associação dos Moradores de Vicente Pires (Arvips) conseguiu, no noite de ontem, uma liminar da Justiça Federal que impede operações de derrubadas no setor habitacional. O juiz Hamilton de Sá Dantas, titular da 21ª Vara, alegou que há "perigo de dano irreparável ou de difícil reparação" caso as demolições das casas continuem.

A ação pegou o GDF de surpresa. Horas antes de a Arvips receber a liminar, nove secretarias do governo haviam se reunido no Palácio do Buriti para elaborar um cronograma de derrubadas na região. Os secretários tinham anunciado que 549 construções irregulares em Vicente Pires, Colônia Agrícola Samambaia e Vila São José — que ficam em Áreas de Proteção Ambiental (APPs) — seriam demolidas. A operação começaria na próxima semana, com a derrubada de 15 construções irregulares em Vicente Pires.

O presidente da Arvips, Dir-somar Chaves, no entanto, não concorda com as derrubadas. Segundo ele, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) de Vicente Pires apontou 537 edificações em APPs, mas nem to-

das precisam ser desconstituídas. "O estudo prevê formas de compensações ambientais que podem ser feitas. Isso, muitas vezes, é mais inteligente que derrubar casas", afirma Dir-somar que entrou com o mandado de segurança ontem à tarde. "O EIA-Rima também prevê prazo de três anos para as desconstituições das ocupações que deverão sair. Com as derrubadas, estão precipitando tudo", diz. Segundo Dir-somar, o EIA-Rima foi entregue ao Ibama terça-feira passada. O órgão deve analisá-lo dentro de 60 a 90 dias.

Durante esta semana, seis edificações foram demolidas em Vicente Pires: cinco casas e um muro. Com as demolições que já haviam sido feitas pelo Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Materiais (Siv-Água) entre abril e junho, 18 estruturas foram desconstituídas pelo órgão.

Licença ambiental

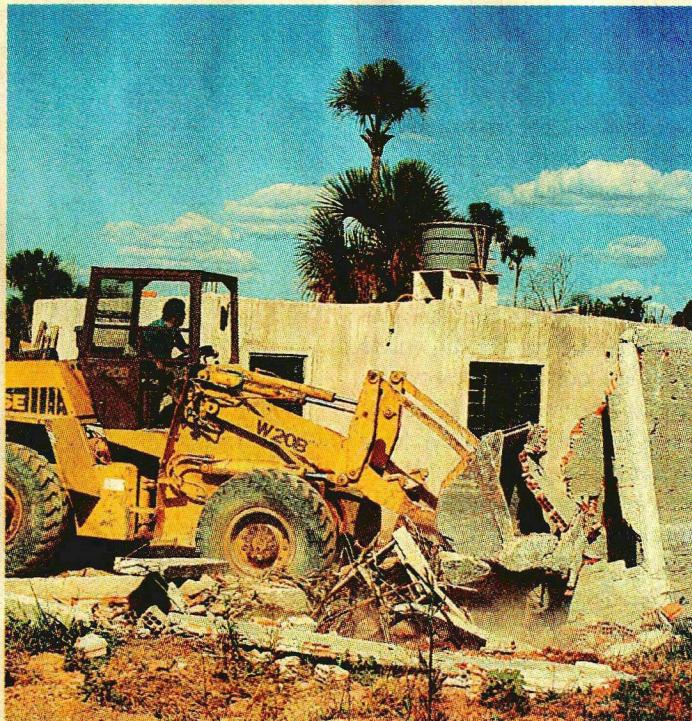
As ações fazem parte do cumprimento das cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o GDF e o Ibama, na presença do Ministério Público, em setembro do ano passado. A assinatura do TAC permitiu a liberação da licença ambiental para as obras da rede de água de Vicente Pires.

que estão sendo feitas. Mas o acordo determinou que as construções em APPs fossem erradicadas no prazo de 12 meses. A fiscalização deveria impedir o surgimento de construções e invasões em Vicente Pires.

Na última segunda-feira, o Ibama-DF ameaçou suspender a licença dada para a obra. O superintendente do órgão, Francisco Palhares, criticou o ritmo com que o Siv-Água vinha promovendo as demolições. Palhares também está pressionado pelo Ministério Público Federal. Semana passada, a procuradora Ana Paula Mantovani Siqueira recomendou que o Ibama revisasse a concessão das licenças. Para Ana Paula, o TAC estava sendo descumprido com a proliferação das construções irregulares em Vicente Pires.

Apesar da liminar que suspende as derrubadas, o secretário de Articulação de Assuntos Urbanísticos e Ambientais, José Gomes Pinheiro Neto, garante que nada muda no plano de ação do governo. Isso porque o GDF levará a liminar para a procuradora Ana Paula Mantovani que se responsabilizará por derrubá-la. "Em conversas anteriores ela já havia tido que se surgissem liminares ela derrubaria. Amanhã mesmo (hoje) falarei com ela", disse Pinheiro.

CÉLIO MESSIAS



CINCO CASAS E UM MURO FORAM DEMOLIDOS ESTA SEMANA